

Ministério da Educação
Subsecretaria de Assuntos Administrativos
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas

NOTA TÉCNICA Nº 005 /2006/CGGP/SAA/MEC

Ementa: Orienta as instituições federais de ensino quanto a implementação do disposto na Medida Provisória nº 295, de 29 de maio de 2006, publicada em 30/05/2006.

A presente Nota Técnica, acordada em reunião com o Departamento de Administração de Sistemas de Informações de Recursos Humanos – DASIS/SRH/MP, visa orientar as instituições federais de ensino quanto a implementação do disposto na Medida Provisória nº 295, de 29 de maio de 2006.

I CARREIRA DO MAGISTERIO SUPERIOR:

1. Classe de Professor Associado (Art. 4º, inciso II)

A implantação da classe de professor associado deverá ser precedida da edição de Portaria pelo Ministério da Educação que estabelecerá critérios para avaliação do desempenho acadêmico, cuja publicação está prevista para a primeira quinzena de junho de 2006.

A partir da publicação da Portaria, cada instituição terá 60 dias para promover a avaliação de desempenho com vistas ao acesso a nova classe da carreira.

A progressão para a classe de Professor Associado deverá ser publicada em Boletim Interno cabendo a área de recursos humanos promover os acertos financeiros dela decorrentes.

A adequação do sistema SIAPE para a nova estrutura da carreira do magistério superior já está sendo providenciada pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, oportunamente, divulgará pelo SIAPE orientações relativas à estrutura dos cargos e respectivas classes.

Com relação ao cálculo das vantagens referentes aos arts. 184 da Lei nº 1.711/52 e art. 192 da Lei 8.112/90, as áreas de RH deverão proceder ao acerto dos parâmetros no SIAPE, considerando a nova classe de Professor Associado criada pela MP nº 295/2006.

2. Incentivo à titulação (art. 6º)

A implementação dos novos percentuais de incentivo à titulação e o pagamento dos valores retroativos a janeiro de 2006 ficarão a cargo do SIAPE e serão efetuados na folha de pagamento do mês de junho de 2006.

3. Tabela de vencimentos (art. 7º)

A nova tabela de vencimentos constante do anexo IV da MP nº 295/06, será implantada pelo SIAPE a partir da folha de pagamento do mês de junho de 2006, com retroatividade a maio de 2006.

4. Gratificação de Estimulo a Docência (arts. 8º e 9º)

A implantação dos novos valores da GED deverá ocorrer em julho de 2006, cabendo a cada instituição operacionalizar os cálculos em conformidade com os artigos 8º, 9º e anexo V da MP nº 295/06.

II – CARREIRA DO MAGISTÉRIO DE 1º E 2º GRAUS

1. Classe Especial (inciso VI do art. 11º)

A adequação do sistema SIAPE para a nova estrutura da carreira do Magistério de 1º e 2º graus já está sendo providenciada pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2. Progressão para classe Especial (arts. 13º e 14º)

A progressão para a classe Especial ocorrerá mediante avaliação de desempenho dos servidores que estejam posicionado no nível 4 da classe “E” e que atendam aos requisitos mínimos estabelecidos nos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 13 e artigo 14 da MP nº 295/06.

A progressão para a classe Especial deverá ser publicada em Boletim Interno cabendo a área de recursos humanos promover os acertos financeiros dela decorrentes.

3. Transposição do Professor Titular (art. 15º)

A transposição para a classe Especial dos atuais ocupantes do cargo de Professor Titular será efetuada, automaticamente, pelo SIAPE, com retroatividade a fevereiro de 2006.

4. Aposentados e pensionistas (art. 16º)

Os servidores que se aposentaram no nível 4 da classe “E” e os beneficiários de pensão cujo instituidor se encontrava nessa situação deverão manifestar opção para perceber as vantagens relativas a classe Especial desde que tenham cumprido os requisitos constante dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 13 ou do artigo 14 da MP nº 295/06.

A opção pela nova classe implica na renúncia das vantagens incorporadas por força do artigo 184 da Lei 1.711/52 e do artigo 192 da Lei 8.112/90.

A implementação do disposto nesse item, será de responsabilidade da área de RH que deverá providenciar o encaminhamento do Termo de Opção a todos que atendam os requisitos previstos na MP nº 295/06.

No caso de pensão, a opção deverá ser manifestada por todos os beneficiários.

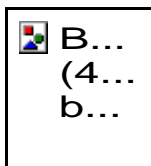
Considerando que as aposentadorias e pensões concedidas com fundamento no art. 2º da Emenda Constitucional 41 e art. 40 da CF/88 com redação dada pela EC/41 são calculadas pela média aritmética dos maiores salários de contribuição, a aplicação do disposto no art. 16 da MP nº 295/2006 nesse caso não implicará alteração no cálculo dos proventos.

5. Tabela salarial (art. 17º)

A nova tabela de vencimentos constante do anexo VII da MP nº 295/06, será implantada pelo SIAPE a partir da folha de pagamento do mês de junho de 2006 com retroatividade a fevereiro de 2006.

Brasília, 02 de junho de 2006.

MARIA DO SOCORRO MENDES GOMES
Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 295, DE 29 DE MAIO DE 2006.

Dispõe sobre a reestruturação das carreiras de Especialista do Banco Central do Brasil, de Magistério de Ensino Superior e de Magistério de 1º e 2º Grau e da remuneração dessas carreiras, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dos cargos da área de apoio à fiscalização federal agropecuária, estende a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATA aos cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - GDASUS, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil

Art. 1º A Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º São atribuições dos titulares do cargo de Analista do Banco Central do Brasil:

I - formulação, execução, acompanhamento e controle de planos, programas e projetos relativos a:

- a) gestão das reservas internacionais;
- b) políticas monetária, cambial e creditícia;
- c) emissão de moeda e papel-moeda;
- d) gestão de instituições financeiras sob regimes especiais;
- e) desenvolvimento organizacional; e
- f) gestão da informação e do conhecimento;

II - gestão do sistema de metas para a inflação, do sistema de pagamentos brasileiro e dos serviços do meio circulante;

III - monitoramento do passivo externo e a proposição das intervenções necessárias;

IV - supervisão do Sistema Financeiro, compreendendo:

- a) organização e a disciplina do sistema;

- b) fiscalização direta das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- c) monitoramento indireto de instituições financeiras, de conglomerados bancários, de cooperativas de crédito, de sociedades de crédito ao micro-empendedor, de administradoras de consórcio, de agências de fomento, de demais entidades financeiras independentes e de conglomerados financeiros que não possuam entre suas empresas bancos de qualquer espécie;
- d) prevenção de ilícitos cambiais e financeiros;
- e) monitoramento e análise da regularidade do funcionamento das instituições sujeitas à regulação e à fiscalização do Banco Central do Brasil;
- f) proposta de instauração de processo administrativo punitivo aplicado às instituições sujeitas à regulação e à fiscalização do Banco Central do Brasil; e
- g) análise de projetos, de planos de negócio e de autorizações relacionadas ao funcionamento de instituições sujeitas à fiscalização do Banco Central do Brasil;

V - elaboração de estudos e pesquisas relacionados a:

- a) políticas econômicas;
 - b) acompanhamento do balanço de pagamentos;
 - c) desempenho das instituições financeiras autorizadas a funcionar no País; e
 - d) regulamentação de matérias de interesse do Banco Central do Brasil;
- VI - formulação e proposição de políticas, diretrizes e cursos de ação relativamente à gestão estratégica dos processos organizacionais;
- VII - fiscalização das operações do meio circulante realizadas por instituições custodiantes de numerário;
- VIII - elaboração de relatórios, pareceres e de propostas de atos normativos relativos às atribuições previstas neste artigo;
- IX - realização das atividades de auditoria interna;
- X - elaboração de informações econômico-financeiras;
- XI - desenvolvimento de atividades na área de tecnologia e segurança da informação voltadas ao desenvolvimento, à prospecção, à avaliação e à internalização de novas tecnologias e metodologias;
- XII - desenvolvimento de atividades pertinentes às áreas de programação e execução orçamentária e financeira, de contabilidade e auditoria, de licitação e contratos, de gestão de recursos materiais, de patrimônio e documentação e de gestão de pessoas, estrutura e organização;
- XIII - representação do Banco Central do Brasil junto a órgãos governamentais e a instituições internacionais, ressalvadas as competências privativas dos Procuradores do Banco Central do Brasil;
- e

XIV - atuação em outras atividades vinculadas às competências do Banco Central do Brasil, ressalvadas aquelas privativas dos Procuradores do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. São atribuições ainda do cargo de Analista do Banco Central do Brasil, em caráter geral, o planejamento, organização e acompanhamento da execução das atividades previstas no art. 5º.” (NR)

“Art. 5º São atribuições dos titulares do cargo de Técnico do Banco Central do Brasil:

I - desenvolvimento de atividades técnicas e administrativas complementares às atribuições dos Analistas e Procuradores do Banco Central do Brasil;

II - apoio técnico-administrativo aos Analistas e Procuradores do Banco Central do Brasil no que se refere ao desenvolvimento de suas atividades;

III - execução de atividades de suporte e apoio técnico necessárias ao cumprimento das competências do Banco Central do Brasil que, por envolverem sigilo e segurança do Sistema Financeiro, não possam ser terceirizadas, em particular as pertinentes às áreas de:

a) tecnologia e segurança da informação voltadas ao desenvolvimento, à prospecção, à avaliação e à internalização de novas tecnologias e metodologias; e

b) programação e execução orçamentária e financeira, de contabilidade e auditoria, de licitação e contratos, de gestão de recursos materiais, de patrimônio e documentação e de gestão de pessoas, estrutura e organização;

IV - operação do complexo computacional e da rede de teleprocessamento do Banco Central do Brasil;

V - supervisão da execução de atividades de suporte e apoio técnico terceirizadas;

VI - atendimento e orientação ao público em geral sobre matérias de competência do Banco Central do Brasil procedendo, quando for o caso, a análise e o encaminhamento de denúncias e reclamações;

VII - realização de atividades técnicas e administrativas complementares às operações relacionadas com o meio circulante, tais como:

a) distribuição de numerário à rede bancária e às instituições custodiantes;

b) procedimentos de análise de numerário suspeito ou danificado;

c) monitoramento do processamento automatizado de numerário; e

d) monitoramento e execução dos eventos de conferência e destruição de numerário;

VIII - elaboração de cálculos, quando solicitado, nos processos relativos ao contencioso administrativo e judicial;

IX - execução e supervisão das atividades de segurança institucional do Banco Central do Brasil, especialmente no que se refere aos serviços do meio circulante e à proteção de autoridades internas do Banco Central do Brasil; e

X - desenvolvimento de outras atividades de mesma natureza e nível de complexidade.

§ 1º No exercício das atribuições de que trata o inciso IX, os servidores ficam autorizados a conduzir veículos e a portar armas de fogo, em todo o território nacional, observadas a necessária habilitação técnica e, no que couber, a disciplina estabelecida na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

§ 2º O exercício da prerrogativa prevista no § 1º relativa ao porte de armas de fogo ocorrerá na forma e nas condições fixadas pelo Departamento de Polícia Federal.

§ 3º O exercício das atividades referidas no inciso IX, não obsta a execução indireta das tarefas, mediante contrato, na forma da legislação específica.” (NR)

“Art. 10.

.....
III - trinta por cento para até vinte por cento do quadro de pessoal de cada cargo.

.....” (NR)

Art. 12. Observado o disposto no art. 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, as Funções Comissionadas do Banco Central-FCBC, de exercício privativo por servidores do Banco Central do Brasil, são no quantitativo, valores e distribuição previstos no Anexo IV desta Lei.

.....” (NR)

“Art. 15. O Banco Central do Brasil manterá sistema de assistência à saúde dos seus servidores, ativos e inativos, e seus dependentes e pensionistas, mediante adesão dos beneficiários, custeada por dotações orçamentárias do Banco Central do Brasil e contribuição mensal dos participantes.

§ 1º A contribuição mensal do servidor ativo, inativo ou do pensionista será de um por cento a três por cento de sua remuneração, provento ou pensão, e a contribuição relativa aos dependentes não presumidos será de um por cento a cinco por cento da remuneração ou provento do servidor contribuinte.

§ 2º As dotações orçamentárias do Banco Central do Brasil, destinadas à manutenção do sistema de que trata o **caput**, serão equivalentes à receita prevista com a contribuição dos participantes.

§ 3º Na ocorrência de déficit no sistema de que trata o **caput**, o Banco Central do Brasil poderá utilizar fonte de recursos disponível para sua

cobertura.

§ 4º A diretoria do Banco Central do Brasil definirá as normas de funcionamento do sistema de assistência à saúde de que trata este artigo.” (NR)

Art. 2º O Anexo II da Lei nº 9.650, de 1998, passa a vigorar nos termos do Anexo I desta Medida Provisória, produzindo efeitos financeiros a partir das datas especificadas no referido Anexo.

Art. 3º O Anexo IV da Lei nº 9.650, de 1998, passa a vigorar nos termos do Anexo II desta Medida Provisória, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006.

Carreira de Magistério Superior

Art. 4º A Carreira de Magistério Superior, pertencente ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, fica reestruturada, a partir de 1º de maio de 2006, na forma do Anexo III, em cinco classes:

- I - Professor Titular;
- II - Professor Associado;
- III - Professor Adjunto;
- IV - Professor Assistente; e
- V - Professor Auxiliar.

Art. 5º São requisitos mínimos para a progressão para a classe de Professor Associado, observado o disposto em regulamento:

- I - estar há, no mínimo, dois anos no último nível da classe de Professor Adjunto;
- II - possuir o título de Doutor ou Livre-Docente; e
- III - ser aprovado em avaliação de desempenho acadêmico.

Parágrafo único. A avaliação de desempenho acadêmico a que se refere o inciso III será realizada no âmbito de cada instituição federal de ensino por banca examinadora constituída especialmente para este fim, observados os critérios gerais estabelecidos pelo Ministério da Educação.

Art. 6º O vencimento básico a que fizer jus o docente integrante da Carreira de Magistério Superior será acrescido do seguinte percentual, quanto à titulação, a partir de 1º de janeiro de 2006:

- I - setenta e cinco por cento, no caso de possuir o título de Doutor ou de Livre-Docente;
- II - trinta e sete vírgula cinco por cento, no de grau de Mestre;
- III - dezoito por cento, no de certificado de especialização; e
- IV - sete vírgula cinco por cento, no de certificado de aperfeiçoamento.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo disciplinará os critérios para o reconhecimento de especialização e de aperfeiçoamento de que tratam os incisos III e IV.

Art. 7º Os valores de vencimento básico da Carreira de Magistério Superior passam a ser os constantes do Anexo IV desta Medida Provisória, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2006.

Parágrafo único. Os padrões de vencimento básico do regime de dedicação exclusiva constantes do Anexo IV correspondem ao do regime de quarenta horas semanais acrescidos de cinquenta e cinco por cento

Art. 8º O Anexo da Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998, passa a vigorar na forma do Anexo V desta Medida Provisória, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2006.

Art. 9º O § 1º do art. 5º da Lei nº 9.678, de 1998, passa a vigorar, a partir de 1º de julho de 2006, com a seguinte redação:

“§ 1º Na impossibilidade do cálculo da média referida no **caput** deste artigo, a gratificação de que trata esta Lei será paga aos aposentados e aos beneficiários de pensão no valor correspondente a 115 (cento e quinze) pontos.” (NR)

Art. 10. Os acréscimos de vencimentos decorrentes da titulação não serão percebidos cumulativamente.

Carreira de Magistério de 1º e 2º Graus

Art. 11. A Carreira de Magistério de 1º e 2º Graus do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, fica estruturada, a partir de 1º de fevereiro de 2006, na forma do Anexo VI, em seis Classes:

- I - Classe A;
- II - Classe B;
- III - Classe C;
- IV - Classe D;
- V - Classe E; e
- VI - Classe Especial.

Parágrafo único. Cada Classe compreende quatro níveis, designados pelos números de 1 a 4, exceto a Classe Especial, que possui um só nível.

Art. 12. O ingresso na Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus far-se-á no nível inicial das Classes C, D ou E, mediante habilitação em concurso público de provas e títulos, somente podendo ocorrer no nível 1 dessas Classes.

§ 1º Para investidura no cargo da carreira de que trata o **caput** exigir-se-á:

I - habilitação específica obtida em Licenciatura Plena ou habilitação legal equivalente, para ingresso na Classe C;

II - curso de Especialização, para ingresso na Classe D;

III - grau de Mestre, ou título de Doutor, para ingresso na Classe E.

§ 2º A instituição poderá prescindir da observância do pré-requisito previsto no inciso III em relação a áreas de conhecimento cuja excepcionalidade seja reconhecida pelo Conselho Superior competente da instituição federal de ensino.

Art. 13. A progressão na Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus ocorrerá, exclusivamente, por titulação e desempenho acadêmico, nos termos de portaria expedida pelo Ministro de Estado da Educação:

I - de um nível para outro, imediatamente superior, dentro da mesma Classe; ou

II - de uma para outra Classe.

§ 1º A progressão de que trata o inciso I será feita após o cumprimento, pelo docente, do interstício de dois anos no respectivo nível, mediante avaliação de desempenho, ou interstício de quatro anos de atividade em órgão público.

§ 2º A progressão prevista no inciso II far-se-á, independentemente do interstício, por titulação ou mediante avaliação de desempenho acadêmico do docente que não obtiver a titulação necessária, mas que esteja, no mínimo, há dois anos no nível 4 da respectiva Classe ou com interstício de quatro anos de atividade em órgão público, exceto para a Classe Especial.

§ 3º A progressão dos professores pertencentes à Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus para a Classe Especial ocorrerá mediante avaliação de desempenho daqueles que estejam posicionados no nível 4 da Classe E e que possuam o mínimo de:

I - oito anos de efetivo exercício de Magistério em instituição de ensino federal ou dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, quando portadores de título de Mestre ou Doutor;

II - quinze anos de efetivo exercício de Magistério em instituição de ensino federal ou dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, quando portadores de diploma de Especialização, Aperfeiçoamento ou Graduação.

Art. 14. A progressão funcional para a Classe Especial dos servidores que possuam titulação acadêmica inferior à de graduação e estejam posicionados no nível 4 da Classe E poderá ocorrer se:

I - tiverem ingressado na carreira de Magistério de 1º e 2º Graus até a data de publicação desta Medida Provisória; e

II - possuírem o mínimo de quinze anos de efetivo exercício de Magistério em instituição de ensino federal ou dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.

Art. 15. Os atuais ocupantes de cargos da Classe de Professor Titular da Carreira de Magistério de 1º e 2º Graus, de que trata a Lei nº 7.596, de 1987, passam a compor a Classe Especial.

Parágrafo único. Os que se aposentaram na condição de que trata o **caput** e os beneficiários de pensão cujo instituidor se encontrava naquela condição fazem jus às vantagens relativas à Classe Especial.

Art. 16. Os servidores que se aposentaram no nível 4, da Classe E, e os beneficiários de pensão cujo instituidor se encontrava nessa situação poderão perceber as vantagens relativas ao enquadramento na Classe Especial, mediante opção, desde que tenham cumprido os requisitos constantes dos incisos I e II do § 3º do art. 13 ou do art. 14 desta Medida Provisória, até a data da passagem para a inatividade.

Parágrafo único. A opção de que trata o **caput** implicará a renúncia das vantagens incorporadas por força do art. 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e do art. 192 da Lei nº 8.112, de 12 de dezembro de 1990.

Art. 17. Os padrões de vencimento básico da carreira de Magistério de 1º e 2º Graus passam a ser os constantes do Anexo VII desta Medida Provisória, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2006.

Carreiras da área da ciência e tecnologia

Art. 18. O valor do vencimento básico, das Carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, passa a ser o do Anexo VIII desta Medida Provisória, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2006.

Art. 19. A partir de 1º de fevereiro de 2006, a GDACT, instituída pelo art. 19 da Medida Provisória nº 2.229, de 6 de setembro de 2001, devida aos servidores de nível superior, intermediário e auxiliar, será atribuída em função do alcance das metas de desempenho coletivo e do alcance das metas de desempenho institucional fixadas em ato do dirigente máximo do órgão ou da entidade.

§ 1º A avaliação de desempenho coletivo visa aferir o desempenho do conjunto de servidores de cada uma das unidades do órgão ou entidade, no exercício das atribuições do cargo ou função, para o alcance das metas de desempenho institucional do órgão ou entidade.

§ 2º A avaliação de desempenho institucional visa aferir o alcance dos objetivos organizacionais pelo órgão ou entidade.

§ 3º Os critérios, a periodicidade e os procedimentos de avaliação coletiva e institucional e de atribuição da GDACT serão estabelecidos em regulamento.

Art. 20. A GDACT é devida aos servidores de nível superior, intermediário e auxiliar no percentual, a partir de 1º de fevereiro de 2006, de até trinta por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor, em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho coletivo, e de até vinte por cento incidente sobre o maior vencimento básico do cargo, em decorrência dos resultados da avaliação institucional.

Art. 21. A partir de 1º de fevereiro de 2006, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT, instituída pelo art. 19 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, será paga, aos servidores que a ela fazem jus, observando-se o seguinte:

I - de 1º de fevereiro de 2006 até a data de publicação desta Medida Provisória a parcela da GDACT correspondente à avaliação de desempenho coletivo será paga a cada servidor no valor correspondente ao valor por ele percebido, a título da parcela individual da GDACT, em janeiro de 2006;

II - a partir da data de publicação desta Medida Provisória e até que seja regulamentada a parcela da GDACT referente à avaliação de desempenho coletivo, de que trata o § 1º do art. 19, será paga a cada servidor em valor corresponde à média dos valores pagos, como resultado da avaliação de desempenho individual, ao conjunto dos servidores de cada órgão ou entidade, a que se refere o § 1º do art. 1º da Lei nº 8.691, de 1993; e

III - a partir de 1º de fevereiro de 2006 e até que seja regulamentada, a parcela da GDACT referente à avaliação de desempenho institucional, de que trata o § 2º do art. 19, será paga a cada servidor no valor correspondente ao valor por ele percebido, a título da parcela institucional da GDACT, em janeiro de 2006.

Carreira de Fiscal Federal Agropecuário

Art. 22. O caput do art. 4º da Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Os valores dos padrões de vencimento básico dos cargos da Carreira a que se refere o art. 1º são os fixados no Anexo III, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.” (NR)

Art. 23. O Anexo III da Lei nº 10.883, de 2004, passa a vigorar na forma do Anexo IX desta Medida Provisória, com efeitos financeiros a partir das datas referidas no Anexo.

Cargos da área de apoio à Fiscalização Federal Agropecuária

Art. 24. Fica estendida aos ocupantes dos cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, a partir de 1º de fevereiro de 2006, a concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, instituída pela Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no **caput**, os servidores ali referenciados deixam de fazer jus à Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, de que trata a Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002, desde o início da percepção da GDATFA.

Art. 25. A Lei nº 10.484, de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

§ 1º A GDATFA tem por finalidade incentivar a melhoria da qualidade e da produtividade nas ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a pontuação atribuída a cada servidor observará os desempenhos institucional e individual.

§ 2º O limite global de pontuação mensal de que dispõe cada órgão ou entidade, por nível, para ser atribuído aos seus servidores ativos que fazem jus à GDATFA e estão sujeitos a avaliação individual corresponderá a oitenta vezes o número desses servidores.

§ 3º Caso a aplicação das avaliações ultrapasse o montante de pontos estabelecidos no § 2º deste artigo, os pontos serão tratados estatisticamente, segundo dispuser regulamento, de modo a ajustar a distribuição e o conseqüente pagamento da gratificação ao limite global estabelecido.

§ 4º A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o alcance dos objetivos organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas de cada órgão ou entidade.

§ 5º A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

§ 6º Os ocupantes de cargo de Direção e Assessoramento Superiores do Grupo DAS níveis DAS-1 a DAS-4 ou equivalentes não serão avaliados individualmente e terão a correspondente pontuação estabelecida pelo respectivo percentual de cumprimento das metas institucionais.

§ 7º Os ocupantes de cargos comissionados de Natureza Especial do Poder Executivo e do Grupo DAS níveis DAS-6 e DAS-5, bem como de seus equivalentes, perceberão a GDATFA em valor correspondente à pontuação máxima.” (NR)

“Art. 5º

.....
II - o valor correspondente a 20 (vinte) pontos, quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) meses.

..... ” (NR)

Art. 26. O Anexo da Lei nº Lei nº 10.484, de 2002, passa a vigorar nos termos do Anexo X desta Medida Provisória produzindo efeitos financeiros a partir das datas específicas no referido Anexo.

Art. 27. Os cargos efetivos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento são reestruturados, a partir de 1º de fevereiro de 2006, em classes A, B, C e Especial, na forma do Anexo XI.

Art. 28. O posicionamento dos atuais ocupantes dos cargos referidos no art. 27 dar-se-á conforme a correlação estabelecida nos Anexos XII e XIII.

Art. 29. Os padrões de vencimento básico dos cargos de que trata o art. 27 passam a ser, a partir de 1º de fevereiro de 2006, os constantes do Anexo XIV.

Servidores em efetivo exercício no DENASUS

Art. 30. Fica criada a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria - GDASUS, devida aos ocupantes de cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em efetivo exercício no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - DENASUS, do Ministério da Saúde, que cumpram jornada de trabalho semanal de quarenta horas, enquanto permanecerem nesta condição.

§ 1º Satisfeitas as condições estabelecidas no **caput**, a concessão da GDASUS observará o quantitativo máximo de servidores beneficiários fixado em 750 servidores, independentemente do número de servidores em exercício no DENASUS, sendo:

I - quatrocentos e dez servidores ocupantes de cargo de nível superior;

II - trezentos e trinta servidores ocupantes de cargo de nível intermediário; e

III - dez servidores ocupantes de cargo de nível auxiliar.

§ 2º Respeitado o limite global estabelecido no § 1º, poderá haver alteração dos quantitativos fixados em seus incisos, mediante ato do Ministro de Estado da Saúde, desde que haja compensação numérica de um inciso para outro e não acarrete aumento de despesa.

§ 3º A GDASUS produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006.

Art. 31. A GDASUS será atribuída em função do desempenho individual do servidor e do desempenho institucional do DENASUS, com base em metas previamente estabelecidas.

§ 1º A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições exercidas no DENASUS, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

§ 2º A avaliação de desempenho institucional visa aferir o desempenho no alcance dos objetivos organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas.

§ 3º Regulamento disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho institucional e individual e do pagamento da GDASUS.

§ 4º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDASUS serão estabelecidos pelo Ministro de Estado da Saúde, observada a legislação vigente.

Art. 32. A GDASUS será paga observando-se os seguintes limites:

I - máximo, cem pontos por servidor; e

II - mínimo, dez pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XV desta Medida Provisória.

§ 1º A pontuação referente à GDASUS está assim distribuída:

I - até quarenta pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até sessenta pontos percentuais serão atribuídos em decorrência da avaliação do resultado institucional do DENASUS.

§ 2º O valor a ser pago a título de GDASUS será calculado multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho institucional e individual pelo valor do ponto constante do Anexo XV.

§ 3º Para fins de avaliação das metas institucionais vinculadas à GDASUS e pagamento da parcela correspondente, ato do Poder Executivo estabelecerá percentuais mínimos e máximos para consideração do cumprimento das metas, sendo que:

I - avaliações abaixo do percentual mínimo estabelecido serão consideradas insatisfatórias e a retribuição financeira corresponderá ao percentual estabelecido no inciso II do **caput**;

II - avaliações iguais ou superiores ao percentual máximo definido conforme dispõe este parágrafo serão consideradas como plenamente satisfatórias e resultarão no pagamento integral da parcela institucional; e

III - os percentuais de gratificação concedidos no intervalo entre os limites inferior e superior definidos pelo ato normativo de que trata este parágrafo serão reposicionados segundo distribuição proporcional e linear nesse intervalo.

§ 4º As avaliações referentes aos desempenhos institucional e individual serão apurados semestralmente baseados em indicadores previamente estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Saúde e monitorados durante cada período avaliativo e produzirão efeitos financeiros mensais.

§ 5º A média das avaliações de desempenho individual do conjunto de servidores de que trata o art. 30, não poderá ser proporcionalmente superior ao resultado da avaliação de desempenho institucional do DENASUS.

§ 6º A GDASUS será processada no mês subsequente ao término do período avaliativo e seus efeitos financeiros iniciarão no mês seguinte ao de processamento das avaliações.

Art. 33. Até a edição dos atos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 31, a GDASUS será paga aos servidores em exercício no DENASUS, que a ela façam jus, nos valores correspondentes a oitenta pontos por servidor, observado o valor do ponto constante do Anexo XV.

Art. 34. A partir do primeiro dia do mês em que forem fixadas as metas de desempenho institucional do DENASUS e até que sejam processados os resultados da respectiva avaliação de desempenho, poderão ser antecipados até oitenta por cento do valor máximo da GDASUS, conforme o nível do cargo, observando-se, nesse caso:

I - a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para a realização de despesa; e

II - a compensação da antecipação concedida no pagamento da referida gratificação dentro do mesmo exercício financeiro.

Parágrafo único. Na impossibilidade da compensação integral da antecipação concedida na forma do inciso II, o saldo remanescente deverá ser compensado nos valores devidos em cada mês no exercício financeiro seguinte, até a quitação do resíduo.

Art. 35. A GDASUS não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho por atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

§ 1º É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo, optar pela continuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus à GDASUS.

§ 2º Até que seja processada sua primeira avaliação de desempenho, o servidor que passar a fazer jus à GDASUS perceberá, dentre as seguintes situações, a que produzir efeitos financeiros mais benéficos:

I - em relação à parcela da GDASUS calculada com base na avaliação individual, um terço do respectivo percentual máximo, sendo-lhe atribuído o mesmo valor devido aos demais servidores no que diz respeito à parcela institucional da referida gratificação; ou

II - o valor da gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade a que fazia jus em decorrência do seu cargo efetivo, recebido na data anterior àquela em que passou a fazer jus à GDASUS.

Art. 36. A GDASUS integrará os proventos de aposentadoria e as pensões somente quando percebida pelo servidor no exercício do cargo há pelo menos sessenta meses e será calculada, para essa finalidade, pela média aritmética dos valores percebidos pelo servidor nos últimos sessenta meses anteriores à aposentadoria ou à instituição da pensão.

§ 1º O interstício exigido na parte inicial do **caput** não se aplica aos casos de:

I - aposentadorias que ocorrerem por força do art. 186, incisos I e II, da Lei 8.112, de 1990; ou

II - afastamentos, no interesse da administração, para missão ou estudo no exterior, ou para servir em organismo internacional.

§ 2º A média aritmética a que se refere a parte final do **caput** será apurada com base no período:

I - ocorrido entre a instituição da gratificação e o mês anterior à efetiva aposentadoria, na hipótese de que trata o inciso I do § 1º; ou

II - de doze meses de percepção das gratificações, subseqüentes ao retorno do servidor, na hipótese do inciso II do § 1º.

§ 3º A parcela incorporada aos proventos com base no disposto no **caput** deste artigo não poderá ser percebida cumulativamente com a parcela incorporada em decorrência do recebimento de gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente de sua denominação ou base de cálculo, facultado o direito de opção pela incorporação aos proventos da parcela mais vantajosa.

§ 4º No caso de ocorrer a aposentadoria ou a instituição de pensão antes de decorrer o período assinalado no **caput**, a GDASUS será paga no percentual de trinta por cento do valor máximo da gratificação conforme o nível do cargo.

Art. 37. Será instituído comitê de avaliação de desempenho no âmbito do DENASUS, com a finalidade de julgar os recursos interpostos quanto ao resultado das avaliações individuais.

Art. 38. O Diretor do DENASUS encaminhará aos Secretários-Executivos dos Ministérios da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão, até o primeiro dia útil do mês subseqüente ao de processamento, relatório simplificado discorrendo sobre:

I - distribuição das avaliações individuais indicando sua média e seu desvio padrão, discriminado por cargo e unidade de trabalho;

II - resultado das metas institucionais por unidade;

III - enumeração dos projetos e atividades decorrentes da fixação de metas; e

IV - número de recursos ou processos impetrados no âmbito administrativo contra avaliações de desempenho individuais.

Art. 39. As atividades de Execução e Apoio Técnico à Auditoria de Saúde de competência do DENASUS poderão ser realizadas por servidores que se encontrem em exercício naquele Departamento.

Art. 40. Na hipótese de existência de situações de risco, resistência ou dificuldade ao exercício das atribuições de execução e apoio técnico à auditoria de saúde, inerentes às atividades de competência do DENASUS, o servidor responsável pela ação em curso poderá acionar as instâncias específicas do Poder Público Federal, inclusive as autoridades policiais, no sentido de prover a necessária garantia à realização dos trabalhos.

Disposições Finais e Transitórias

Art. 41. A aplicação do disposto nesta Medida Provisória, aos servidores ativos, aos inativos e aos beneficiários de pensão não poderá implicar redução de remuneração, provento ou pensão.

§ 1º Constatada a redução de remuneração, provento ou pensão decorrente da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, a vantagem pessoal nominalmente identificada será absorvida por ocasião da reorganização ou da reestruturação da tabela remuneratória, da concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagens de quaisquer natureza ou do desenvolvimento no cargo, conforme o caso.

Art. 42. Ficam revogados:

I - a Lei nº 8.243, de 14 de outubro de 1991;

II - os Anexos II, II-A, VI e VI-A, da Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996;

III - o parágrafo único do art. 17, os §§ 2º e 3º do art. 20, o art. 20-A, o art. 51, no ponto em que dá nova redação aos arts. 3º e 15 da Lei nº 9650, de 27 de maio de 1998, o art. 52, o Anexo IX, e o Anexo XII, todos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;

IV - o art. 3º e a Tabela "a" do Anexo I da Lei nº 10.405, de 9 de janeiro de 2002;

V - os arts. 3º e 4º da Lei nº 11.036, de 22 de dezembro de 2004; e

VI - o art. 1º, no ponto em que dá nova redação ao art. 20-A da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, o art. 20, e o Anexo V, todos da Lei nº 11.094, de 13 de janeiro de 2005.

Art. 43. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de maio de 2006; 185º da Independência e 118º República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Paulo Bernardo Silva

Roberto Rodrigues

Fernando Haddad

José Agenor Álvares da Silva

Sérgio Machado Rezende

Henrique Meirelles

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 30.5.2006

ANEXO I

(Anexo II da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998)

CARREIRA DE ESPECIALISTA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO

| CARGO DE ANALISTA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL | | | |
|--|--------|---|---|
| CLASSE | PADRÃO | VALOR A PARTIR DE 1º DE FEVEREIRO DE 2006 (R\$) | VALOR A PARTIR DE 1º DE JUNHO DE 2006 (R\$) |
| ESPECIAL | IV | 5.138,53 | 5.258,03 |
| | III | 4.892,30 | 5.006,08 |
| | II | 4.749,81 | 4.860,27 |
| | I | 4.611,47 | 4.718,71 |
| C | III | 4.319,44 | 4.419,89 |
| | II | 4.193,63 | 4.291,16 |
| | I | 4.071,49 | 4.166,17 |
| B | III | 3.812,70 | 3.901,37 |
| | II | 3.701,66 | 3.787,74 |
| | I | 3.593,84 | 3.677,42 |
| A | III | 3.455,62 | 3.535,98 |
| | II | 3.354,97 | 3.432,99 |
| | I | 3.257,25 | 3.333,00 |

| CARGO DE TÉCNICO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL | | | |
|---|--------|---|---|
| CLASSE | PADRÃO | VALOR A PARTIR DE 1º DE FEVEREIRO DE 2006 | VALOR A PARTIR DE 1º DE JUNHO DE 2006 (R\$) |
| ESPECIAL | IV | 2.553,18 | 2.612,56 |
| | III | 2.430,06 | 2.486,57 |
| | II | 2.358,82 | 2.413,68 |
| | I | 2.289,64 | 2.342,89 |
| C | III | 2.142,44 | 2.192,27 |
| | II | 2.080,04 | 2.128,41 |
| | I | 2.019,46 | 2.066,43 |
| B | III | 1.891,10 | 1.935,08 |
| | II | 1.836,02 | 1.878,72 |
| | I | 1.782,54 | 1.824,00 |
| A | III | 1.713,99 | 1.753,85 |
| | II | 1.664,07 | 1.702,77 |
| | I | 1.615,60 | 1.653,17 |

ANEXO II

(Anexo IV da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998)

FUNÇÕES COMISSONADAS DO BANCO CENTRAL (FCBC)

Tabela de FCBC vigente a partir de 1ª de janeiro de 2006

DIREÇÃO/ASSESSORAMENTO

| CÓDIGO | QUANTITATIVO | VALOR UNITÁRIO (R\$) | TOTAL (R\$) |
|-------------|--------------|----------------------|--------------|
| FDS-1/FDJ-1 | 2 | 4.875,00 | 9.750,00 |
| FDE-1/FCA-1 | 40 | 4.135,00 | 165.400,00 |
| FDE-2/FCA-2 | 86 | 3.184,00 | 273.824,00 |
| FDT-1/FCA-3 | 260 | 2.274,00 | 591.240,00 |
| FDO-1/FCA-4 | 660 | 1.800,00 | 1.188.000,00 |
| FCA-5 | 297 | 800,00 | 237.600,00 |
| TOTAL (1) | 1.345 | - | 2.465.814,00 |

SUPORTE

| CÓDIGO | QUANTITATIVO | VALOR UNITÁRIO (R\$) | TOTAL (R\$) |
|---------------------|--------------|----------------------|--------------|
| FST-1 | 12 | 550,00 | 6.600,00 |
| FST-2 | 88 | 400,00 | 35.200,00 |
| FST-3 | 40 | 300,00 | 12.000,00 |
| | | | |
| TOTAL (2) | 140 | - | 53.800,00 |
| TOTAL GERAL (1 + 2) | 1.485 | - | 2.519.614,00 |

ANEXO III

ESTRUTURA DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR, A PARTIR DE 1ª DE MAIO DE 2006

| CARREIRA | CLASSE | NÍVEL |
|---------------------|------------|-------|
| MAGISTÉRIO SUPERIOR | TITULAR | 1 |
| | ASSOCIADO | 4 |
| | | 3 |
| | | 2 |
| | | 1 |
| | ADJUNTO | 4 |
| | | 3 |
| | | 2 |
| | | 1 |
| | ASSISTENTE | 4 |
| | | 3 |
| | | 2 |
| | | 1 |
| | AUXILIAR | 4 |
| | | 3 |
| | | 2 |
| 1 | | |

ANEXO IV

VALORES DE VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR,
A PARTIR DE 1ª DE MAIO DE 2006

| CLASSE | NÍVEL | VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$) | | |
|------------|-------|----------------------------|----------|---------------------|
| | | 20 HORAS | 40 HORAS | DEDICAÇÃO EXCLUSIVA |
| TITULAR | 1 | 323,47 | 646,95 | 1.002,77 |
| ASSOCIADO | 4 | 306,93 | 613,88 | 951,52 |
| | 3 | 299,32 | 598,64 | 927,89 |
| | 2 | 291,71 | 583,42 | 904,30 |
| | 1 | 284,10 | 568,20 | 880,71 |
| ADJUNTO | 4 | 253,66 | 507,34 | 786,38 |
| | 3 | 243,24 | 486,49 | 754,06 |
| | 2 | 232,97 | 465,94 | 722,21 |
| | 1 | 222,94 | 445,89 | 691,13 |
| ASSISTENTE | 4 | 204,71 | 409,41 | 634,59 |
| | 3 | 196,03 | 392,07 | 607,71 |
| | 2 | 188,00 | 376,01 | 582,82 |
| | 1 | 180,43 | 360,86 | 559,33 |
| AUXILIAR | 4 | 166,53 | 333,05 | 516,23 |
| | 3 | 159,77 | 319,54 | 495,29 |
| | 2 | 153,44 | 306,86 | 475,63 |
| | 1 | 147,40 | 294,79 | 456,92 |

ANEXO V

(Anexo da Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998)

VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA NA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR, A PARTIR DE 1ª DE JULHO DE 2006, EM REAIS (R\$)

a) Regime de trabalho de vinte horas semanais:

| CLASSE | NÍVEL | TITULAÇÃO ACADÊMICA | | | | |
|------------|-------|---------------------|----------|----------------|-----------------|-----------|
| | | Doutorado | Mestrado | Especialização | Aperfeiçoamento | Graduação |
| TITULAR | 1 | 4,87 | 3,57 | 2,59 | 2,50 | 2,50 |
| ASSOCIADO | 4 | 4,26 | 3,07 | | | |
| | 3 | | | | | |
| | 2 | | | | | |
| | 1 | | | | | |
| ADJUNTO | 4 | 3,05 | 2,61 | | | |
| | 3 | | | | | |
| | 2 | | | | | |
| ASSISTENTE | 4 | 2,92 | 2,61 | | | |
| | 3 | | | | | |
| | 2 | | | | | |
| AUXILIAR | 4 | 2,92 | 2,61 | | | |
| | 3 | | | | | |
| | 2 | | | | | |
| | 1 | | | | | |

b) Regime de trabalho de quarenta horas semanais:

| CLASSE | NÍVEL | TITULAÇÃO ACADÊMICA | | | | |
|-----------|-------|---------------------|----------|----------------|-----------------|-----------|
| | | Doutorado | Mestrado | Especialização | Aperfeiçoamento | Graduação |
| TITULAR | 1 | 12,16 | 8,94 | 5,25 | 5,07 | 4,86 |
| ASSOCIADO | 4 | 10,66 | 7,69 | 5,25 | 5,07 | 4,86 |
| | 3 | | | | | |
| | 2 | | | | | |
| | 1 | | | | | |
| ADJUNTO | 4 | 10,66 | 7,69 | 5,25 | 5,07 | 4,86 |
| | 3 | | | | | |
| | 2 | | | | | |
| | 1 | | | | | |

| | | | | | |
|------------|---|------|------|--|--|
| ASSISTENTE | 4 | 7,59 | | | |
| | 3 | | | | |
| | 2 | | | | |
| | 1 | | | | |
| AUXILIAR | 4 | 7,32 | 5,84 | | |
| | 3 | | | | |
| | 2 | | | | |
| | 1 | | | | |

c) Regime de trabalho de dedicação exclusiva:

| CLASSE | NÍVEL | TITULAÇÃO ACADÊMICA | | | | |
|------------|-------|---------------------|----------|----------------|-----------------|-----------|
| | | Doutorado | Mestrado | Especialização | Aperfeiçoamento | Graduação |
| TITULAR | 1 | 19,79 | 11,19 | 7,85 | 7,58 | 7,36 |
| ASSOCIADO | 4 | 16,75 | | | | |
| | 3 | | | | | |
| | 2 | | | | | |
| | 1 | | | | | |
| ADJUNTO | 4 | | | | | |
| | 3 | | | | | |
| | 2 | | | | | |
| ASSISTENTE | 1 | | | | | |
| | 4 | | | | | |
| | 3 | | | | | |
| 2 | | | | | | |
| AUXILIAR | 1 | 10,87 | 7,95 | | | |
| | 4 | | | | | |
| | 3 | | | | | |
| | 2 | | | | | |

ANEXO VI

ESTRUTURA DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO DE 1ª E 2ª GRAUS

| CARREIRA | CLASSE | NÍVEL |
|-----------------------------|----------|-------|
| MAGISTÉRIO DE 1ª E 2ª GRAUS | ESPECIAL | 1 |
| | E | 4 |
| | | 3 |
| | | 2 |
| | | 1 |
| | | 4 |
| | D | 3 |
| | | 2 |
| | | 1 |
| | | 4 |
| | C | 3 |
| | | 2 |
| | | 1 |
| | | 4 |
| | B | 3 |
| | | 2 |
| | | 1 |
| | | 4 |

| | | |
|--|---|---|
| | A | 4 |
| | | 3 |
| | | 2 |
| | | 1 |

ANEXO VII

VALORES DE VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO DE 1^ª E 2^ª GRAUS

| Professores de Magistério de 1 ^ª e 2 ^ª Graus - Dedicção Exclusiva | | | | | | |
|---|-------|-----------|-----------------|----------------|----------|-----------|
| Classe | Nível | Graduação | Aperfeiçoamento | Especialização | Mestrado | Doutorado |
| Especial | U | 989,49 | 1.038,96 | 1.108,22 | 1.236,86 | 1.484,23 |
| E | 4 | 837,66 | 879,54 | 938,18 | 1.047,07 | 1.256,49 |
| | 3 | 802,24 | 842,36 | 898,51 | 1.002,81 | 1.203,37 |
| | 2 | 768,38 | 806,79 | 860,58 | 960,47 | 1.152,56 |
| | 1 | 735,28 | 772,04 | 823,51 | 919,10 | 1.102,92 |
| D | 4 | 681,36 | 715,43 | 763,13 | 851,70 | 1.022,04 |
| | 3 | 657,57 | 690,45 | 736,48 | 821,97 | 986,36 |
| | 2 | 644,37 | 676,59 | 721,69 | 805,46 | 966,55 |
| | 1 | 632,51 | 664,13 | 708,41 | 790,64 | 948,76 |
| C | 4 | 624,08 | 655,28 | 698,96 | 780,09 | 936,11 |
| | 3 | 612,84 | 643,48 | 686,38 | 766,05 | 919,26 |
| | 2 | 601,92 | 632,02 | 674,15 | 752,40 | 902,88 |
| | 1 | 593,31 | 622,97 | 664,51 | 741,64 | 889,96 |
| B | 4 | 484,98 | 509,23 | 543,18 | 606,23 | 727,47 |
| | 3 | 463,69 | 486,88 | 519,33 | 579,61 | 695,54 |
| | 2 | 445,84 | 468,13 | 499,34 | 557,30 | 668,76 |
| | 1 | 423,95 | 445,15 | 474,83 | 529,94 | 635,93 |
| A | 4 | 402,11 | 422,22 | 450,37 | 502,64 | 603,17 |
| | 3 | 384,76 | 404,00 | 430,94 | 480,96 | 577,15 |
| | 2 | 368,32 | 386,74 | 412,52 | 460,40 | 552,48 |

| | | | | | | |
|--|---|--------|--------|--------|--------|--------|
| | 1 | 354,49 | 372,22 | 397,03 | 443,11 | 531,74 |
|--|---|--------|--------|--------|--------|--------|

| Professores de Magistério de 1 ^a e 2 ^a Graus - 40 Horas | | | | | | |
|---|-------|-----------|-----------------|----------------|----------|-----------|
| Classe | Nível | Graduação | Aperfeiçoamento | Especialização | Mestrado | Doutorado |
| Especial | U | 638,38 | 670,30 | 714,98 | 797,97 | 957,57 |
| E | 4 | 540,42 | 567,44 | 605,27 | 675,53 | 810,63 |
| | 3 | 517,57 | 543,45 | 579,68 | 646,97 | 776,36 |
| | 2 | 495,72 | 520,51 | 555,21 | 619,65 | 743,58 |
| | 1 | 474,38 | 498,09 | 531,30 | 592,97 | 711,56 |
| D | 4 | 439,59 | 461,57 | 492,34 | 549,49 | 659,38 |
| | 3 | 424,24 | 445,46 | 475,15 | 530,31 | 636,37 |
| | 2 | 415,72 | 436,51 | 465,61 | 519,65 | 623,58 |
| | 1 | 408,07 | 428,48 | 457,04 | 510,09 | 612,11 |
| C | 4 | 402,63 | 422,76 | 450,94 | 503,29 | 603,94 |
| | 3 | 395,38 | 415,15 | 442,83 | 494,23 | 593,07 |
| | 2 | 388,34 | 407,75 | 434,94 | 485,42 | 582,51 |
| | 1 | 382,78 | 401,92 | 428,72 | 478,48 | 574,17 |
| B | 4 | 312,89 | 328,54 | 350,44 | 391,12 | 469,34 |
| | 3 | 299,15 | 314,11 | 335,05 | 373,94 | 448,73 |
| | 2 | 286,19 | 300,50 | 320,54 | 357,74 | 429,29 |
| | 1 | 273,52 | 287,19 | 306,34 | 341,89 | 410,27 |
| A | 4 | 259,43 | 272,40 | 290,56 | 324,28 | 389,14 |
| | 3 | 248,24 | 260,65 | 278,03 | 310,30 | 372,36 |
| | 2 | 237,63 | 249,51 | 266,15 | 297,04 | 356,45 |
| | 1 | 228,70 | 240,14 | 256,15 | 285,88 | 343,06 |

| Professores de Magistério de 1 ^a e 2 ^a Graus - 20 Horas | | | | | | |
|---|-------|-----------|-----------------|----------------|----------|-----------|
| Classe | Nível | Graduação | Aperfeiçoamento | Especialização | Mestrado | Doutorado |

| | | | | | | |
|----------|---|--------|--------|--------|--------|--------|
| Especial | U | 319,19 | 335,15 | 357,49 | 398,99 | 478,78 |
| E | 4 | 270,21 | 283,72 | 302,64 | 337,76 | 405,32 |
| | 3 | 258,79 | 271,73 | 289,84 | 323,48 | 388,18 |
| | 2 | 247,87 | 260,26 | 277,61 | 309,83 | 371,80 |
| | 1 | 237,19 | 249,05 | 265,66 | 296,49 | 355,79 |
| D | 4 | 219,79 | 230,78 | 246,16 | 274,74 | 329,68 |
| | 3 | 212,13 | 222,73 | 237,58 | 265,16 | 318,19 |
| | 2 | 207,86 | 218,25 | 232,80 | 259,83 | 311,79 |
| | 1 | 204,03 | 214,23 | 228,51 | 255,04 | 306,05 |
| C | 4 | 201,31 | 211,37 | 225,47 | 251,64 | 301,96 |
| | 3 | 197,69 | 207,58 | 221,41 | 247,11 | 296,54 |
| | 2 | 194,16 | 203,87 | 217,46 | 242,70 | 291,24 |
| | 1 | 191,40 | 200,97 | 214,36 | 239,25 | 287,10 |
| B | 4 | 156,44 | 164,26 | 175,21 | 195,55 | 234,66 |
| | 3 | 149,58 | 157,05 | 167,53 | 186,97 | 224,36 |
| | 2 | 143,10 | 150,26 | 160,27 | 178,88 | 214,65 |
| | 1 | 136,76 | 143,60 | 153,17 | 170,95 | 205,14 |
| A | 4 | 129,72 | 136,20 | 145,28 | 162,15 | 194,58 |
| | 3 | 124,12 | 130,32 | 139,01 | 155,15 | 186,18 |
| | 2 | 118,82 | 124,76 | 133,08 | 148,53 | 178,23 |
| | 1 | 114,35 | 120,07 | 128,07 | 142,94 | 171,53 |

ANEXO VIII

VALORES DE VENCIMENTO BÁSICO DAS CARREIRAS DA ÁREA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

a) Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia.

| NÍVEL | CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO (R\$) A PARTIR DE 1ª DE FEVEREIRO DE 2006 |
|----------|-------------|---------|--------|---|
| Superior | Pesquisador | TITULAR | III | 2.870,70 |

| | | | | |
|--|--|------------------------|-----|----------|
| | | | II | 2.754,99 |
| | | | I | 2.643,94 |
| | | ASSOCIADO | III | 2.489,58 |
| | | | II | 2.389,23 |
| | | | I | 2.292,94 |
| | | ADJUNTO | III | 2.159,07 |
| | | | II | 2.072,05 |
| | | | I | 1.988,52 |
| | | ASSISTENTE DE PESQUISA | III | 1.872,43 |
| | | | II | 1.796,97 |
| | | | I | 1.724,54 |

b) Carreira de Desenvolvimento Tecnológico e Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia.

Tabela I (b)

| NÍVEL | CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO (R\$) A PARTIR DE 1ª DE FEVEREIRO DE 2006 |
|----------|--|-----------|--------|--|
| Superior | Tecnologista Analista em Ciência e Tecnologia | SÊNIOR | III | 2.870,70 |
| | | | II | 2.754,99 |
| | | | I | 2.643,94 |
| | | PLENO III | III | 2.489,58 |
| | | | II | 2.389,23 |
| | | | I | 2.292,94 |
| | | PLENO II | III | 2.159,07 |
| | | | II | 2.072,05 |
| | | | I | 1.988,52 |
| | | PLENO I | III | 1.872,43 |
| | | | II | 1.796,97 |
| | | | I | 1.724,54 |
| | | JÚNIOR | III | 1.623,86 |
| | | | II | 1.558,40 |
| | | | I | 1.495,59 |

Tabela II (b)

| NÍVEL | CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO (R\$) A PARTIR DE 1ª DE FEVEREIRO DE 2006 |
|---------------|---------|-------------------------------|--------|--|
| Intermediário | Técnico | TÉCNICO III ASSISTENTE III | III | 1.438,40 |
| | | | II | 1.383,69 |

| | | | | | |
|--|------------------------------------|------------|---------------|----------|----------|
| | Assistente em Ciência e Tecnologia | TÉCNICO II | I | 1.330,96 | |
| | | | VI | 1.280,10 | |
| | | | V | 1.231,04 | |
| | | | IV | 1.183,67 | |
| | | | ASSISTENTE II | III | 1.137,98 |
| | | | II | 1.093,78 | |
| | | | I | 1.051,08 | |
| | | TÉCNICO I | VI | 1.009,94 | |
| | | | V | 970,09 | |
| | | | IV | 931,62 | |
| | | | ASSISTENTE I | III | 894,38 |
| | | | II | 858,39 | |
| | | | I | 823,49 | |

Tabela III (b)

| NÍVEL | CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO (R\$) A PARTIR DE 1ª DE FEVEREIRO DE 2006 |
|----------|------------------|---------------------|----------------------------------|---|
| Auxiliar | Auxiliar Técnico | AUXILIAR TÉCNICO II | VI | 637,53 |
| | | | V | 621,37 |
| | | | IV | 605,62 |
| | | AUXILIAR II | III | 590,28 |
| | | | II | 575,32 |
| | | | I | 560,75 |
| | | | Auxiliar em Ciência e Tecnologia | AUXILIAR TÉCNICO I |
| | V | 523,00 | | |
| | IV | 509,75 | | |
| | AUXILIAR I | III | | 496,82 |
| | | II | | 484,24 |
| | | I | | 471,96 |

ANEXO IX

(Anexo III da Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004)

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DA CARREIRA DE FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO - EM R\$

| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE: | |
|----------|--------|----------------------------------|---------------------|
| | | 1ª DE FEVEREIRO DE 2006 | 1ª DE JUNHO DE 2006 |
| ESPECIAL | IV | 4.524,06 | 4.825,67 |

| | | | |
|---|-----|----------|----------|
| | III | 4.392,29 | 4.685,11 |
| | II | 4.264,36 | 4.548,65 |
| | I | 4.140,17 | 4.416,18 |
| C | III | 3.798,32 | 4.051,54 |
| | II | 3.687,67 | 3.933,52 |
| | I | 3.580,27 | 3.818,95 |
| B | III | 3.475,99 | 3.707,72 |
| | II | 3.188,98 | 3.401,58 |
| | I | 3.096,09 | 3.302,50 |
| A | III | 3.005,93 | 3.206,33 |
| | II | 2.918,36 | 3.112,92 |
| | I | 2.833,37 | 3.022,26 |

ANEXO X

TABELA DE VALOR DO PONTO DA GDATFA

| CARGO | VALOR DO PONTO EM R\$ | |
|---|-------------------------------------|--|
| | | A PARTIR DE 1ª DE FEVEREIRO DE 2006 |
| - AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL | | |
| - AGENTE DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS | 25,09 | 28,23 |
| - TÉCNICO DE LABORATÓRIO | | |
| - AUXILIAR DE LABORATÓRIO | A PARTIR DE 1ª DE FEVEREIRO DE 2006 | |
| | 12,05 | |

ANEXO XI

ESTRUTURA DOS CARGOS DE TÉCNICO DE LABORATÓRIO E AUXILIAR DE LABORATÓRIO DO QUADRO DE PESSOAL DO MAPA, A PARTIR DE 1ª DE FEVEREIRO DE 2006

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO |
|---|----------|--------|
| TÉCNICO DE LABORATÓRIO (nível intermediário) | ESPECIAL | IV |
| | | III |
| | | II |
| | | I |
| AUXILIAR DE LABORATÓRIO (nível auxiliar) | C | III |
| | | II |
| | | I |
| | B | III |
| | | II |
| | | I |

| | | |
|--|---|-----|
| | A | III |
| | | II |
| | | I |

ANEXO XII

TABELA DE CORRELAÇÃO PARA O CARGO DE TÉCNICO DE LABORATÓRIO DO QUADRO DE PESSOAL DO MAPA A PARTIR DE 1º DE FEVEREIRO DE 2006

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
|------------------------|--------|--------|---------------|----------|------------------------|
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGO |
| TÉCNICO DE LABORATÓRIO | A | III | IV | ESPECIAL | TÉCNICO DE LABORATÓRIO |
| | | II | III | | |
| | | I | II | | |
| | B | VI | I | C | |
| | | V | III | | |
| | | IV | II | | |
| | | III | I | B | |
| | | II | III | | |
| | | I | II | | |
| | C | VI | I | A | |
| | | V | III | | |
| | | IV | II | | |
| | | III | I | | |
| | | II | | | |
| | | I | | | |
| | D | V | I | | |
| | | IV | | | |
| | | III | | | |
| | | II | | | |
| | | I | | | |

ANEXO XIII

TABELA DE CORRELAÇÃO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE LABORATÓRIO DO QUADRO DE PESSOAL DO MAPA A PARTIR DE 1º DE FEVEREIRO DE 2006

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
|-------------------------|--------|--------|---------------|----------|-------------------------|
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGO |
| AUXILIAR DE LABORATÓRIO | A | III | IV | ESPECIAL | AUXILIAR DE LABORATÓRIO |
| | | II | III | | |

| | | | | |
|--|-----|-----|-----|---|
| | | I | II | |
| | B | VI | I | C |
| | | V | III | |
| | | IV | II | |
| | | III | I | |
| | | II | III | B |
| | | I | II | |
| | C | VI | I | A |
| | | V | III | |
| | | IV | II | |
| | | III | I | |
| | | II | | |
| | | I | | |
| | V | I | | |
| | IV | | | |
| | III | | | |
| | II | | | |
| | I | | | |
| | D | | | |

ANEXO XIV

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE TÉCNICO DE LABORATÓRIO E DE AUXILIAR DE LABORATÓRIO DO QUADRO DE PESSOAL DO MAPA

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VALORES EM R\$ |
|------------------------|----------|--------|-------------------------------------|
| | | | A PARTIR DE 1ª DE FEVEREIRO DE 2006 |
| TÉCNICO DE LABORATÓRIO | ESPECIAL | IV | 433,59 |
| | | III | 401,04 |
| | | II | 384,33 |
| | | I | 368,30 |
| | C | III | 365,67 |
| | | II | 350,48 |
| | | I | 335,91 |
| | B | III | 321,93 |
| | | II | 308,62 |
| | | I | 295,79 |

| | | | |
|-------------------------|----------|-----|--------|
| | | III | 283,58 |
| | A | II | 271,86 |
| | | I | 260,65 |
| AUXILIAR DE LABORATÓRIO | ESPECIAL | IV | 221,89 |
| | | III | 211,32 |
| | | II | 201,27 |
| | | I | 191,75 |
| | C | III | 182,66 |
| | | II | 174,04 |
| | | I | 165,81 |
| | B | III | 158,00 |
| | | II | 150,61 |
| | | I | 143,57 |
| | A | III | 136,86 |
| | | II | 130,49 |
| | | I | 124,46 |

ANEXO XV

VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE EXECUÇÃO E APOIO TÉCNICO À AUDITORIA NO DEPARTAMENTO NACIONAL DE AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - GDASUS

| NÍVEL DO CARGO | VALOR DO PONTO (R\$) |
|----------------|-----------------------------------|
| | A PARTIR DE 1ª DE JANEIRO DE 2006 |
| Superior | 14,20 |
| Intermediário | 8,20 |
| Auxiliar | 2,00 |